

## **Prestação de Contas 2012**

### **Outras indicações e justificações à compreensão do Balanço e da Demonstração de Resultados**

#### **8.2.1 – Disposições do POCAL derrogada:**

No presente exercício económico não se verificaram disposições do POCAL derrogadas.

#### **8.2.2 – Contas não comparáveis com os exercícios anteriores:**

No exercício de 2012 não se verificaram condicionantes que impossibilitassem a comparação de contas com o exercício anterior, na ótica patrimonial e orçamental.

#### **8.2.3 – Critérios Valorimétricos utilizados e fundamentados:**

Os principais critérios Valorimétricos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras foram os seguintes:

- A) As Imobilizações Corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição. No decurso da fase de implementação do sistema, a Autarquia estabeleceu outros critérios de valorização para determinados bens.

Relativamente aos bens móveis, estabeleceu como referencia o ano 1995 para a sua valorização. Antes de 1995, os bens foram arrolados com o valor zero, até serem objeto de uma grande reparação assumindo então o valor desta. Esta política de valorimetria justificou-se pela impossibilidade de obter a informação necessária para determinar o custo de aquisição / produção.

No que diz respeito à Rede Viária (bens imóveis de domínio público), procedeu-se à sua valorização segundo um critério técnico adequado à natureza do bem, conforme anexo.

As amortizações foram calculadas sobre os custos de aquisição / avaliação pelo método das quotas constantes de acordo com o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

De conformidade com o Artº.34º da Portaria nº 671/2000, IIª Série (CIBE), os bens sujeitos a depreciação em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral da função pública, foram totalmente amortizados no ano económico corrente;

- B) Os Investimentos Financeiros estão valorizados de acordo com os critérios valorimétricos previstos no ponto 4 do POCAL;
- C) As Existências encontram-se registadas ao custo de aquisição;
- D) As Dívidas a receber de terceiros estão refletidas pelo seu valor nominal;
- E) As Disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, respetivamente;
- F) Relativamente aos Acréscimos e Diferimentos a Autarquia regista as suas despesas e receitas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pela qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas e pagas;
- G) As Transferências de Capital recebidas destinadas ao investimento, foram contabilizados como proveitos diferidos e transferidos para Resultados do Exercício numa base sistemática pelo correspondente valor de amortização dos investimentos a que respeitam.

#### **8.2.5 - Situações especiais que afetam o resultado do exercício:**

A Lei n.º 57-F/2006 de 29 de Dezembro que regula o novo regime jurídico do sector empresarial local, vem definir novas regras para garantir o equilíbrio das contas das empresas municipais. Assim, obriga à apresentação de resultados anuais equilibrados, devendo os municípios garantir uma transferência financeira que venha a repor o resultado de exploração, no caso do resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo.

Mediante este pressuposto, e após análise do balancete de centro de custos para o 2º Semestre de 2012, a Iserbatalha E.E.M. chegou à conclusão que o mesmo evidenciava uma exploração deficitária, em algumas atividades cujas competências foram delegadas pela Autarquia, cujo resultado negativo (global) era de 207.874,00 €. Assim, utilizando as prerrogativas previstas no Artº 31º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Janeiro a Iserbatalha E.E.M. solicitou ao Município a cobertura dos Resultados Negativos de Exploração do 2º Semestre de 2012 no montante acima

mentionado, tendo sido aprovada uma subvenção financeira no reportado valor, por deliberação nº 2013/0160/DAG (SOC) de 14/03/2013.

### 8.2.6 – Explicações das “Despesas de Instalação” e das “Despesas de Investimento”

Como é de verificar nas Demonstrações Financeiras a Autarquia não efetuou registos nas Contas 431 – Despesas de Instalação e na conta 432 – Despesas de Investimento.

### Explicações dos movimentos nas contas:

- ✓ Outras aplicações financeiras - Não se efetuaram movimentos na conta em questão;
- ✓ Títulos Negociáveis – O valor que consta nesta conta mais propriamente na conta (18 - Outras aplicações de tesouraria), referem-se aos títulos de CaixaGEST enunciados no mapa 8.3.5.2 – *Ativos de rendimento variável incluído no documento da Prestação de Contas;*
- ✓ Fundo Patrimonial – Movimentos ocorridos em cada uma das rubricas de Capitais Próprios, constantes do Balanço:

| Contas   | Saldo Inicial | Aumentos   | Diminuições  | Saldo Final   |
|--|---------------|------------|--------------|---------------|
| 51 - Património  | 51.061.813,14 |            |              | 51.061.813,14 |
| 55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas     | -37.088,82    | 37.088,82  |              |               |
| 56 - Reservas de Reavaliação                           |               |            |              |               |
| 57 - Reservas  |               |            |              |               |
| 571 - Reservas Legais                                  |               |            |              |               |
| 572 - Reservas Estatutárias                            |               |            |              |               |
| 573 - Reservas Contratuais                             |               |            |              |               |
| 574 - Reservas Livres                                  |               |            |              |               |
| 575 - Subsídios  |               |            |              |               |
| 576 - Doações  | 115.000,00    |            |              | 115.000,00    |
| 577 - Reservas decorrentes de transferências de ativos |               |            |              |               |
| 59 - Resultados Transitados                            | -6.323.550,67 |            | 2.803.157,71 | -9.126.708,38 |
| 88 - Resultado Líquido do Exercício                    | -2.773.838,21 | 738.909,88 |              | -2.034.928,33 |
| Total  | 42.042.335,44 | 775.998,70 | 2.803.157,71 | 40.015.176,43 |

**8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas, explicitando os movimentos ocorridos, no quadro seguinte:**

| Cliente      |                                    | Provisões<br>do exercício | Provisões        |                   |                 |                   |
|--------------|------------------------------------|---------------------------|------------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| Conta        | Designação                         |                           | S.I.             | Aumentos          | Reduções        | Final             |
| 291          | Provisões para cobranças duvidosas | 17.906,01                 | 39.361,63        | 17.906,01         | 1.012,96        | 56.254,68         |
| 292          | Provisões para riscos e encargos   | 112.868,44                | 0,00             | 112.868,44        |                 | 112.868,44        |
| <b>TOTAL</b> |                                    | <b>130.774,45</b>         | <b>39.361,63</b> | <b>130.774,45</b> | <b>1.012,96</b> | <b>169.123,12</b> |

Os valores identificados no quadro acima referenciado, dizem respeito a:

- Dívidas em mora de clientes de cobrança duvidosa, cujos processos se encontram em execução fiscal, resultante de dívidas de ramais domiciliários de esgotos,
- Valor referente a um projeto de parceria entre a Simlis e os Municípios da Batalha, Leiria, Ourém e Porto de Mós, de execução das redes de saneamento doméstico.

Mediante relatório circunstanciado reportado pelo consultor jurídico (anexo à Prestação de Contas), Dr. Mário Diogo, conclui-se pela incapacidade de determinar valores para constituição de provisões para riscos e encargos que venham a resultar do contingente em curso, nos tribunais. Todos os processos arrolados estão em julgamento nos tribunais a aguardar pronúncia de sentenças.

Nos processos identificados, aquele que, sob o ponto de vista material pode ter maior impacto nas demonstrações financeiras, é o Procº de Execução de Acórdão n.º 1438/03- C, a correr termos na 1ª Secção, 1ª Subsecção do STA, cujos exequentes são: António Augusto Santos Pereira Grosso e esposa Maria Madalena Meneses Coelho Pereira; Orlando Ferreira Rodrigues e esposa Maria do Céu Santos Pereira Grosso Rodrigues e Maria Manuela Cordeiro de Mendonça Santos Pereira Grosso Cunha.

Neste processo, foi apresentada uma Contestação, concluindo o jurista que podem decorrer importantes contingências para o MUNICÍPIO da BATALHA, sem que, todavia, nos seja possível quantificar o montante em causa (o mesmo dependente aliás da circunstância de ser admitida a causa legítima de inexecução).

O PRESIDENTE DA CÂMARA

*António José Martins de Sousa Lucas*